



CORREIO EDITORIAL
Autorizado a circular em invólucro de plástico fechado DE02212003PME
Pode abrir-se para verificação postal

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

MARCHA PELA EDUCAÇÃO

PROPOSTA DE MANIFESTO

1. O povo português vive uma conjuntura extremamente preocupante provocada por uma errada política governamental que está a hipotecar o futuro do país, sendo de sublinhar que a tão decisiva área da Educação, pilar imprescindível do progresso, incontornável fonte de cultura e motor necessário à construção da cidadania, é uma das mais maltratadas pelo actual Governo.
2. O Orçamento do Estado, a legislação avulsa que tem vindo a ser publicada, as propostas de lei que vêm sendo apresentadas, em que avulta a Lei de Bases da Educação e as leis da autonomia e financiamento do ensino superior, a "reforma" da Administração Pública, o Código do Trabalho, vão todos no mesmo sentido - o do menosprezo da escola pública, o da desconfiança profissional naqueles que nela trabalham, o da degradação da sua imagem social e profissional.
3. O Governo, desprezando a Constituição da República, deixou, de facto, de considerar a Educação como um direito dos portugueses para a entender como algo que deve ser perseguido através de uma mera prestação de serviços desenvolvida de igual forma pelo sector público e pelo sector privado. Porém, o país sabe, por múltiplos e variados exemplos, que a vocação do ensino privado, cuja existência e dignidade não está em causa, não é a de dar resposta à legítima exigência de uma democracia plena que é a da existência de uma escola de qualidade para todos.
4. As políticas educativas têm contribuído para a manutenção de preocupantes índices de analfabetismo, para o abandono escolar de muitos alunos, para a manutenção do trabalho infantil, para a persistência de baixas qualificações académicas e profissionais da população activa, para a degradação das condições de trabalho necessárias ao desenvolvimento de uma educação inclusiva, para o flagelo do insucesso escolar em todos os níveis de ensino. Tais políticas têm dificultado cada vez mais o desenvolvimento democrático da sociedade portuguesa.
5. A desresponsabilização do Estado nesta área assume contornos muito negativos e é uma atitude que torna sombrio o futuro. Um futuro cujo presente mantém angustiada grande parte da população portuguesa confrontada com o não cumprimento do princípio da gratuidade, com o significativo aumento dos custos do ensino, com relevo para as propinas no ensino superior, com o evidente desajustamento da política de acção social escolar, com uma rede pública de educação pré-escolar claramente insuficiente, com um ensino básico sem as condições e os recursos necessários ao seu cumprimento universal, com um ensino secundário cuja elitização tem contribuído para que Portugal seja o país da União Europeia com menos pessoas habilitadas com aquele grau de ensino, com um ensino superior devastado por altos índices de insucesso e altamente prejudicado pela falta de medidas que promovam o acesso, reforcem a qualidade e incrementem o êxito escolar, com a proliferação de medidas contrárias à construção da escola inclusiva, com a estreiteza dos quadros do pessoal docente e não docente, e com a evidente desarticulação entre a escola e as exigências do desenvolvimento social e do trabalho.
6. Simultaneamente, a política global deste Governo orienta-se pelo ataque aos direitos de todos os trabalhadores, através de uma maior precarização do emprego, da degradação salarial, do aumento da instabilidade profissional, o que contribui também para uma menor qualidade da educação dos portugueses.
7. As entidades abaixo indicadas opõem-se tenazmente a que este Governo feche as portas de uma escola pública e democrática que Abril abriu, defendendo uma escola aberta à comunidade, à participação dos pais e encarregados de educação, uma escola integradora das culturas dos alunos, uma escola inclusiva e não discriminatória, uma escola que promova o sucesso escolar, uma escola que incremente uma formação profissional da mais alta qualidade sem fechar as portas ao prosseguimento de estudos, uma escola propiciadora dos instrumentos necessários ao acesso à cidadania democrática de homens e de mulheres capazes de participar activamente na edificação de uma sociedade mais fraterna, mais solidária e de maior justiça social, isenta de opressões políticas, económicas, sociais e culturais.

Lisboa, Dezembro de 2003

FENPROF - Federação Nacional dos Professores
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
Conselho Português para a Paz e Cooperação
Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública
Movimento da Escola Moderna
Sindicato dos Professores do Norte
Sindicato dos Professores da Região Centro
Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
Sindicato dos Professores da Zona Sul
Sindicato dos Professores da Madeira
Sindicato dos Professores da Região Açores
Sindicato dos Professores no Estrangeiro

JORNAL DA FENPROF

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

DIRECTOR: Paulo Sucena Nº 188 DEZEMBRO 2003 €0.50

MARCHA PELA EDUCAÇÃO em marcha!

A FENPROF alerta:
**Para uma escola de qualidade,
é necessário investir no futuro**

